

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP
PORTO DE SANTOS
ATA DA 423ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, na sala de reunião na sede do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos – CAP/SANTOS, situado na Rua Augusto Severo, número sete, décimo terceiro andar, em Santos, Estado de São Paulo, realizou-se a quadringentésima vigésima terceira Reunião Plenária Ordinária do Colegiado. Estiveram presentes os **Representantes do Poder Público**: Felipe Ozório Monteiro da Gama, pela SNP; Hilário Seguin Dias Gurjão, pela Autoridade Portuária; CF Marcelo Adahir Vieira Ferrera, pela Autoridade Marítima, Reinaldo Augusto Angelini, pela Receita Federal, Érica Cristina Santos Carvalho, pela ANVISA; Rejane Matias Rodrigues, pelo VIGIAGRO/MAPA; Omar Silva Júnior, pela Prefeitura de Santos. **Os Representantes da Classe Empresarial**: José Edgard Laborde Gomes, pela ABTRA; Eliézer da Costa Giroux, e Regis Gilberto Prunzel, pela ABTP; Marcos Antônio Leite de Medeiros, pelo SOPESP; Martin Aron, pela ACS. **Os Representantes dos Trabalhadores Portuários**: João de Andrade Marques e Robson Gama dos Santos, pela FNP; e Wagner Moreira Gonçalves, pela FENCCOVIB. Compareceram também, como convidados permanentes, os Srs. Márcio Calves, representante da Classe Empresarial do CAP no CONSAD da CODESP, e o Sr. José Eduardo Lopes. Compareceram ainda, como convidados, os(as) Srs.(as) Eduardo Di Gregório, representante do Governo do Estado/DERSA; Marcelo Villas-Bôas, Matheus Trocoli Novaes e Arnaldo Oliveira Barreto, representantes da CODESP; André Bueno da Silveira, representante do Ministério Público Federal; Ana Angélica Alabarce, Juliana Garcia Ferreira e Vilson José Naliato, representantes do IBAMA; Leopoldo Figueiredo, representante do Grupo A Tribuna; Regis Dudena, representante da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários – ANTF; Leonardo Ribeiro, representante do ECOPORTO. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo como Secretário-Executivo Substituto, em virtude das férias do Sr. Jorge Leite dos Santos, Thiago Rodrigues Alves e apoio do Técnico Portuário Reginaldo Brito de Lima. Em seguida, o Presidente passou ao item **I – ABERTURA**. O Presidente Suplente do CAP e

Coordenador-Geral de Planejamento, Estudos e Logística Portuária da Secretaria Nacional de Portos, Sr. Felipe Gama, expressou sua satisfação em presidir esta reunião em virtude do surgimento de outros compromissos profissionais surgidos na agenda do Sr. Rossano Reolon, Presidente Titular deste CAP, e, juntamente com o Conselheiro Hilário Gurjão, comunicou que o Conselheiro e Diretor-Presidente da CODESP, Sr. Luiz Fernando Garcia da Silva, justificou sua ausência devido reuniões em São Paulo, na Controladoria-Geral da União – CGU e no Tribunal de Contas da União – TCU. Dando sequência a pauta do dia, o Presidente passou ao item **II – ORDEM DO DIA**: O assunto apreciado recebeu a seguinte manifestação: **II.01 – Apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão do Modal Aquaviário do Porto de Santos – COMAPS**, bem como do relatório de sua 5ª Reunião - Coordenador: CMG Daniel Américo Rosa Menezes. O Presidente Suplente do CAP/Santos, Sr. Felipe Gama, comunicou que em virtude de compromissos profissionais no Rio de Janeiro o CMG Daniel Américo Rosa Menezes estava sendo representado pelo seu suplente neste Colegiado, CF Marcelo Adahir Vieira Ferrera, destacou a presença do Sr. André Bueno da Silveira, Procurador da República representante do Ministério Público Federal, e das Sras. Juliana Garcia Ferreira e Ana Angélica Alabarce e Sr. Vilson José Naliato, representantes do IBAMA, presentes a pedido do coordenador da COMAPS, e passou a palavra ao coordenador dos subgrupos da Comissão, Sr. Marcelo Villas-Bôas, Gestor de VTMS da CODESP, que iniciou a apresentação da COMAPS informando que os trabalhos foram divididos em dois grupos e iniciou pelo subgrupo 1, que trata de aspectos tecnológicos e operacionais visando à elaboração de um plano de amarração a ser realizado para minorar os efeitos da interação hidrodinâmica entre os navios passantes e os navios atracados, destacando que os trabalhos sobre o tema foram praticamente concluídos e apresentou a minuta da resolução conjunta a ser subscrita pelo Diretor-Presidente da Autoridade Portuária e pelo Capitão dos Portos de São Paulo, que está em análise pelas áreas jurídicas da CODESP e da Marinha do Brasil, devendo ser publicada tão logo as referidas análises sejam concluídas. Prosseguindo, passou a explanar sobre o subgrupo 2, que trata sobre os caminhos críticos para a navegação dos navios de 366 metros no canal do Porto de Santos, destacando o Estudo e Pesquisa de Obras para a Otimização Morfológica, Náutica e Logística do Canal de Acesso do Porto de Santos, contratado da USP pela

CODESP, em atendimento à Ação Civil Pública referente a erosão da Ponta da Praia (Processo nº 000465-36.2015.4.03.6104, do Ministério Público Federal com relação a CODESP, União Federal e IBAMA) e revelando a recomendação das seguintes medidas para a garantia da segurança da navegação de navios de 366 metros de comprimento em conformidade com a salvaguarda da vida humana no mar e a proteção do meio ambiente marinho e terrestre adjacente, conforme relacionadas a seguir: a) eliminação da área em “^” do fundeadouro 3 próxima ao início do canal de acesso; b) alargamento do primeiro trecho de curva do canal de acesso; c) uso de 4 rebocadores, sendo 2 de no mínimo 70 TBP e 2 de 60 TBP; d) alargamento do acesso ao BTP (bóias verdes); e) alargamento do acesso a EMBRAPORT (bacia de evolução); f) condições meteorológicas de acordo com relatório técnico. Prosseguindo, detalhou os seguintes aspectos: I) Balizamento - A CODESP está implantando lanternas com lampejo sincronizados por latitude (com uso de GPS) na parte externa do canal, entre o farolete da Fortaleza da barra até a boia 1A. Essas lanternas são o “Estado da Arte” no tocante à sinalização náutica mundial. Já o canal interno terá paulatinamente as boias fabricadas em aço (padrão BL-1/MB) substituídas por boias de poliuretano, onde a pigmentação das mesmas se degrada mais lentamente. Ainda em relação as poitas e amarras, a CODESP também substitui as poitas atuais por outras de maior peso, bem como promove a adequação das amarras compatíveis com essas boias. II) Alargamento do canal de acesso, principalmente no trecho de curva, entre as boias 1 e 5 (2 e 4), de acordo com o PIANC / ABNT 13246, para navios com essas dimensões, recomenda-se aproximadamente 1 comprimento de navio na seção curva do canal. Não apenas a largura do canal é importante, mas também a dragagem efetuada em relação ao eixo do canal, considerando os alinhamentos “a” e “b” atualmente existentes. III) Rebocadores e Treinamentos: 1) Necessidade de estudo do comportamento dos rebocadores existentes no porto quando operando com navios de 366m; 2) Necessidade de treinamento dos mestres de rebocadores em simuladores para operarem no método indireto ou semi-direto; 3) A USP apresentou custos para treinamento em simuladores; e 4) Praticagem Santos confirmou possibilidade de ceder práticos para participarem dessas simulações na USP; IV)) Alargamento da bacia de evolução do terminal da Embraport na área leste. Necessidade de dragagem de manutenção em alguns pontos. V) Condições

Meteorológicas e Ambientais: 1) Entradas e saídas no período diurno; 2) Visibilidade sempre > 1 MN; 3) Vento sempre ≤ 15 NÓS; 4) Altura das ondas $< 1,5$ M; 5) Estofo de maré; 6) Havendo corrente, sempre contra. Concluindo sua explanação, salientou ainda que foram identificados os seguintes eixos de trabalho: 1) Substituição do trecho em “^” do fundeadouro 3; 2) Sobre largura da parte externa do canal em curva no trecho entre as boias 2A e 4; 3) Batimetria no canal e berços e alterações no balizamento do canal; 4) Posicionamento das balsas Santos-Guarujá; 5) Interação hidrodinâmica; 6) Alargamento do Canal de Acesso à BTP e à EMBRAPORT; 7) Preparação dos rebocadores (material/treinamento); e 8) Alterações nas NPCP-SP (velocidade no canal/cruzamento/espacamento entre embarcações/ plano de contingência); e a ativação dos seguintes subgrupos: 1) Revisão das áreas de fundeio; 2) Sobre largura da parte externa do canal em curva no trecho entre as boias 2 A e 4 e alargamento da bacia de manobra nos acessos à BTP e à EMBRAPORT; 3) Batimetria e balizamento do canal; 4) Interação hidrodinâmica e preparação dos rebocadores (material/treinamento); e 5) Alterações nas NPCP-SP (velocidade no canal/cruzamento/espacamento entre embarcações /plano de contingência /posicionamento das balsas Santos-Guarujá). Ao final da apresentação, o Presidente Suplente agradeceu o representante da CODESP pelas informações prestadas, parabenizou pelos resultados dos trabalhos da Comissão sugerindo sua continuidade em caráter permanente e, em seguida, abriu a palavra aos demais presentes. Na sequência os Conselheiros Eliezer Giroux e Regis Prunzel explanaram sobre a complexidade dos trabalhos e também parabenizaram o Sr. Marcelo Villas-Bôas pela condução do assunto e, após indagação do Conselheiro Eliezer Giroux, o Sr. Marcelo Villas-Bôas informou que aparentemente as ocorrências de rompimento de cabos diminuiram, mas que o efeito prático das ações da Comissão poderão ser analisados de forma mais consistente após a publicação da resolução conjunta que prevê, inclusive, o acompanhamento das eventuais ocorrências. Na sequência a Sra. Ana Angélica, representante do IBAMA na COMAPS, informou que participa das reuniões e que o IBAMA está acompanhando atentamente os trabalhos desenvolvidos pela Comissão. Em seguida o Sr. André Bueno da Silveira, Procurador da República e representante do Ministério Público Federal, sugeriu que os estudos da Comissão abordassem também demonstrações dos ganhos e vantagens competitivas e financeiras

que os navios de 366 metros concederiam ao Porto de Santos, bem como seus impactos para a balança comercial brasileira e, por fim, solicitou que as atas das reuniões plenárias deste CAP fossem encaminhadas ao Ministério Público Federal aos cuidados do Procurador Antônio José Donizetti Molina Daloia. Com a palavra o Sr. Marcelo Villas-Bôas informou que as questões referentes ao ganho econômico já haviam sido estudadas e se propôs a realizar uma apresentação específica sobre o assunto para o Sr. André Bueno da Silveira. Com relação ao envio das atas do CAP ao Ministério Público Federal, o Presidente Suplente informou que iria repassar ao Presidente Titular deste CAP, Sr. Rossano Reolon, via Secretaria Executiva deste conselho, a solicitação para que em conjunto com o demandante, fosse verificada a melhor forma de disponibilização das atas que são públicas, e.g. envio direto das atas aprovadas/assinadas e/ou do link do sítio eletrônico do site da CODESP, onde as mesmas são hospedadas para acesso a qualquer tempo. Fica registrado que a apresentação será incluída em anexo à ata por meio de uma mídia digital (cd). Prosseguindo com a reunião, o Presidente Suplente passou ao item **III – ASSUNTOS GERAIS**: Os assuntos apreciados receberam as seguintes manifestações: **III.01 – Apresentação da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários – ANTF**, sobre as renovações das concessões ferroviárias e seus aspectos positivos para o Brasil, Proposição de tema: Sr. Eduardo Lopes, convidado permanente; O Presidente Suplente do CAP passou a palavra ao Sr. Regis Dudena, Gerente Jurídico da ANTF que iniciou sua apresentação sobre o tema prestando diversas informações sobre o modal ferroviário salientando que as ferrovias transportam apenas 15% das cargas movimentadas no Brasil, sendo que no Porto de Santos a ferrovia movimenta 19,10% das cargas. Prosseguindo, destacou o aumento da segurança jurídica proporcionado pelas Leis n°s 13.334/16, referente ao Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, e 13.448/17, que estabelece diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos, e destacou o detalhamento dos investimentos por parte das concessionárias conforme a seguir: a) RUMO MALHA PAULISTA: - Investimentos de R\$ 7 bilhões; - Capacidade aumentada de 30 mt/ano para 75 mt/ano; - Participação ferroviárias em Santos de 30% para 70%; - Aumento da velocidade comercial; - Trem tipo de 120 vagões (vc 80 atuais); - Projeto executivo de R\$ 4,7 bilhões; - Resolução de conflitos urbanos (R\$ 0,6 bilhões

mais outorga); b) VALE (EFC e EFVM): - Investimentos de R\$ 12 bilhões (EFVM) e R\$ 21 bilhões (EFC) nas malhas existentes; - EFC: Investimento de R\$ 15,5 bilhões na duplicação, essencial para expansão da fronteira agrícola e que permite leilão FNS. Solução de indenização dos ativos não depreciados; - Investimentos em conflitos urbanos de R\$ 2,1 bilhões, atendendo 58 municípios; - Construção do primeiro trecho da FICO (Água Boa a Campinorte) estimado em R\$ 6 bilhões; c) MRS: - 1.643 km de malha, 100% utilizada passando por 105 municípios; - 4 vezes mais volume de transportes desde início da concessão em 1997; - Acesso a 5 portos estratégicos (Santos, Itaguaí e Rio de Janeiro); - Mais de 100 terminais intermodais; - Quase 9 mil colaboradores diretos e indiretos; - Índices de segurança classe mundial (67% melhor pós concessão); - O Plano de Negócios da MRS ainda está em análise pela Agência Reguladora; d) VLI (FCA): - R\$ 2,8 bilhões de investimento; - Minimização de conflitos urbanos; - Modernização do sistema de sinalização; - Modernização da via permanente; - Aquisição de material rodante. Concluindo sua apresentação, informou que a estimativa de investimentos para os próximos 5 anos é de R\$ 25 bilhões. O Colegiado agradeceu o representante da ANTF pelas informações prestadas, definindo que a apresentação seja incluída em anexo à ata por meio de uma mídia digital (cd) e, em seguida, o Presidente Suplente abriu a palavra aos demais presentes, sendo que o Sr. Eduardo Lopes, fazendo uso da palavra, destacou que no sistema ferroviário os valores arrecadados pela outorga ou por meio de indenizações que as empresas ferroviárias precisam fazer ao Governo Federal são aplicados no próprio sistema ferroviário e informou que o TIPLAM, terminal da VLI, “retira” do modal rodoviário de 1.200 a 1.500 caminhões por dia, graças a utilização do modal ferroviário. Após indagação do Presidente Suplente, o Sr. Regis Dudena informou que existe um projeto de lei que cria um modelo de autorização que deverá estabelecer uma regulação própria para as short lines, permitindo que esses pequenos trechos ferroviários sejam incorporados em um novo modelo específico de outorga. Com a palavra o Conselheiro Eliezer Giroux lembrou o momento de transição do Governo Federal e sugeriu que este Colegiado realizasse alguma ação objetivando a implementação de uma política de estado visando o aumento da participação ferroviária na matriz de transportes brasileira, e, conseqüentemente, no Porto de Santos. Em seguida o Sr. Regis Dudena informou que há uma nota técnica, que demonstra a

importância do segmento ferroviário, com a subscrição de diversas instituições e se colocou a disposição para encaminhá-la ao conhecimento deste Colegiado. Após breves debates sobre o assunto, o Presidente Suplente solicitou que o Sr. Regis Dudena encaminhe a referida nota técnica para este Colegiado verificar se irá subscrever/endossar a referida nota técnica ou se irá emitir uma manifestação própria sobre o assunto. Na sequência o Conselheiro Regis Prunzel explanou sobre os novos arrendamentos na Ponta da Praia, que irão ampliar a capacidade do transporte ferroviário do Porto de Santos dos atuais 7 milhões de toneladas por ano para 21 milhões de toneladas, e solicitou que o Conselheiro e Diretor de Engenharia da CODESP, Sr. Hilário Gurjão, comunicasse à Diretoria da CODESP a preocupação da comunidade portuária com o andamento das obras da Avenida Perimetral da margem direita, no trecho entre o canal 4 e Ponta da Praia, tema a ser apreciado durante a leitura do item III.03 da pauta do dia. **III.02** – Apresentação do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação de Trafego Portuário – SINDIPORTO BRASIL, sobre a frota de rebocadores disponíveis X a quantidade de manobras realizadas no Porto de Santos, bem como informar os tempos médios de manobras nos terminais especializados em contêineres, granéis sólidos, granéis líquidos e carga geral. Proposição de tema: João de Almeida; O Presidente Suplente comunicou que o SINDIPORTO BRASIL, por meio de mensagem eletrônica enviada no dia 08/11/2018 pelo seu Gerente Executivo, Sr. Francisco Reis, informou que o Sindicato não dispõe dessas informações e que a solicitação do CAP foi encaminhada às associadas locais para análise e eventual atendimento do pedido formulado, de forma direta pelas empresas. Na sequência o Conselheiro Marco Antônio Medeiros, representante do SOPESP, informou que o objetivo da solicitação ao SINDIPORTO era tomar conhecimento se a frota atual de rebocadores no Porto de Santos será suficiente para atender a demanda originária dos navios de 366 metros e ressaltou que o tema também já está sendo analisado pelo SOPESP. Após breves debates sobre o assunto, o Colegiado registra que irá aguardar a manifestação das empresas associadas do SINDIPORTO BRASIL. **III.03** – Carta CAP 039.2018, de 29/10/2018, encaminhada a Autoridade Portuária, por meio da qual solicitou informações atualizadas sobre o andamento das obras da Avenida Perimetral da margem direita, no trecho entre o canal 4 e Ponta da Praia. O Presidente Suplente do

CAP passou a palavra ao Eng^o Matheus Novaes, Gerente de Obras da CODESP, que realizou apresentação sobre o contrato DP/72.2015 entre a CODESP e a CONSTRUTORA CAPPELLANO LTDA., informando dados técnicos e financeiros sobre o contrato, destacando que devido a falta de pagamento dos serviços terceirizados as obras tem sofrido constantes paralisações (greves) e atrasos no cronograma físico-financeiro. Prosseguindo, salientou que o problema ocorre há cerca de 3 meses, comunicou que a CODESP já aplicou notificações, advertências e multas previstas no contrato, e informou que após reuniões os representantes da Construtora revelaram que a expectativa é que a partir do início de dezembro a empresa passe por um novo cenário e consiga cumprir suas obrigações. O Colegiado agradeceu o representante da CODESP pelas informações prestadas, definindo que a apresentação seja incluída em anexo à ata por meio de uma mídia digital (cd) e, em seguida, o Presidente Suplente abriu a palavra aos demais presentes, sendo que o Conselheiro e Diretor de Engenharia da CODESP, Hilário Gurjão, fazendo uso da palavra, informou que não houve falta de verba por parte do Governo Federal, lembrou que o objetivo da Autoridade Portuária é que a obra seja realizada, lembrou as ações adotadas pela CODESP e revelou que caso a obra não seja normalizada no início de dezembro o contrato deverá ser rescindido. Na sequência os Conselheiros Marcos Medeiros e Regis Prunzel explanaram sobre os impactos que o atraso na obra gera ao Porto de Santos e destacaram a necessidade da Autoridade Portuária equacionar o problema o mais rápido possível. Com a palavra o Conselheiro Hilário Gurjão lembrou que, havendo rescisão de contrato há a possibilidade da empresa segunda colocada no processo ser chamada para executar a obra e solicitou que o assunto seja pauta permanente deste Colegiado, se comprometendo a prestar informações atualizadas sobre o tema na próxima reunião. **III.04 – Carta CAP 040.2018, de 29/10/2018, encaminhada à AGEO Terminais e AGEO Norte Terminais, convidando representantes da referida empresa para apresentar informações sobre o projeto relativo a proposta vencedora da licitação STS13.** O Presidente Suplente informou que a AGEO comunicou por meio do ofício AGEO 18/187, de 1º de novembro de 2018, que ainda não há atuação formal da referida empresa sobre o terminal atualmente sob gestão da empresa GRANEL QUÍMICA, e que a apresentação solicitada pelo CAP poderá ser agendada oportunamente após a formalização do contrato de

arrendamento. O Colegiado registra que tomou conhecimento e que oportunamente irá realizar nova solicitação para apresentação do projeto em tela. **III.05** – Carta CAP 043.2018, de 29/10/2018, convidando o Sr. Leopoldo Figueiredo para apresentar um comparativo da gestão das Autoridades Portuárias visitadas na Espanha/Gibraltar e Marrocos com a Autoridade Portuária de Santos. O Presidente Suplente do CAP passou a palavra ao Sr. Leopoldo Figueiredo, Editor sênior de Porto & Mar do Jornal A Tribuna, que realizou apresentação sobre os Portos de Gibraltar, localizado no Reino Unido, de Algeciras, localizado na Espanha, e de Tanger Med, localizado no Marrocos, visitados pelas autoridades portuárias brasileiras e lideranças empresariais do setor em visita técnica organizada pela 16ª edição do SANTOS EXPORT BRASIL 2019, Fórum Internacional para Expansão dos Portos Brasileiros, destacando que apesar da utilização de modelos de desenvolvimento distintos, os três portos visitados possuem espaços para que universidades e startups locais desenvolvam novas tecnologias e formas de mensurar a operação portuária objetivando o aumento da eficiência e redução dos custos para a operação e administração portuária. Após a apresentação o Colegiado agradeceu o representante da A TRIBUNA pelas informações prestadas, definindo que a apresentação seja incluída em anexo à ata por meio de uma mídia digital (cd) e, em seguida, o Presidente Suplente abriu a palavra aos demais presentes, sendo que na sequência o Conselheiro Eliezer Giroux, fazendo uso da palavra, enalteceu a importância das experiências adquiridas pelas referidas visitas técnicas, bem como da implementação dessas experiências no Porto de Santos, e sugeriu que o CAP realizasse uma apresentação sobre o benchmarking internacional para a equipe técnica do novo governo que assumirá a partir de 2019, objetivando a implantação de uma política de estado para as questões portuárias. Com a palavra, após breves debates sobre o tema, o Presidente Suplente informou que o assunto pode ser melhor analisado a partir do começo do próximo ano, após a designação e posse da equipe do novo governo. **III.06** – Cópia do Termo de Ajustamento e Conduta – TAC firmado entre a CODESP e o Ministério Público do Estado de São Paulo, referente a revitalização do armazém 1 ao 8 do Porto de Santos, conforme sugerido pelo Representante da ANTAQ, Sr. Daniel Alves, na última reunião ordinária. Tendo em vista a ausência justificada do proponente do tema, Sr. Daniel Alves, o Colegiado transferiu o assunto para a próxima reunião. **III.07** –

Informações dos componentes do CONSAD indicados pelo CAP. O Presidente Suplente do CAP passou a palavra ao Sr. Marcio Calves, representante da classe empresarial do CAP no Conselho de Administração da CODESP, que fez um breve relato da última reunião daquele Colegiado, ocorrida no dia 22/11/2018, destacando as seguintes informações: 1) Contrato de dragagem do Porto de Santos firmado pela Secretaria Nacional de Portos: O Conselheiro Marcio Calves manifestou na referida ocasião sua preocupação quanto ao término do contrato de dragagem, lembrando que o contrato atual termina em janeiro de 2019, e que se não for renovado ou contratada outra empresa, rigorosamente, o Porto de Santos ficará sem dragagem. Na sequência, o Presidente da CODESP Luiz Fernando informou, naquela reunião do CONSAD, que já foi oficializado à Secretaria Nacional de Portos – SNP questionamento se há intenção da referida Secretaria prorrogar o contrato em vigor; e 2) Apresentação das informações atualizadas sobre o Projeto VTMISS, com a presença de representante do Consórcio INDRA VTMISS, em atendimento as Súmulas CONSAD/116.2018 e CONSAD/117.2018. No início daquela reunião o Conselheiro Márcio Calves solicitou ao setor competente que enviasse o processo integral sobre o tema para leitura de alguns pontos na reunião. Na sequência, esteve presente os representantes do Consórcio INDRA VTMISS, e o Diretor de Operações Logísticas, Carlos Poço, para realizar apresentação sobre o tema, em atendimento as Súmulas CONSAD/116.2018 e CONSAD/117.2018, esclarecendo algumas dúvidas, e informando que só poderá dar prosseguimento a execução do projeto após as 3 áreas restantes serem liberadas. Após a devida apresentação, o Colegiado agradeceu pelas informações prestadas e solicitou à DIREXE as seguintes providências: a) esclarecimento quanto aos despachos divergentes no processo; b) que seja providenciado parecer jurídico quanto à assinatura do aditivo frente ao vencimento original do contrato; c) que a Diretoria de Operações Logísticas se manifeste sobre o assunto; e d) diante da apresentação realizada pelo Consorcio INDRA, o CONSAD solicitou ainda, informações sobre as pendências em relação às áreas apontadas e demais observações feitas pelos representantes do referido Consórcio. Após breves debates sobre o tema o Conselheiro Eliezer Giroux agradeceu pelo empenho da SNP, em buscar auxiliar no equacionamento da questão relativa aos terrenos para a instalação das torres do VTMISS e, na sequência, o Sr. Márcio Calves sugeriu que fosse pautada

para a próxima reunião do CAP a apresentação realizada pelo Consórcio INDRA. O Colegiado registra que acatou a sugestão do Sr. Márcio Calves, deliberando que seja enviado ofício convidando um representante da CODESP para realizar apresentação sobre o Consórcio INDRA VTMS. Concluindo sua explanação, o Sr. Márcio Calves informou a aprovação da indicação do Sr. Ogarito Linhares para a presidência do CONSAD da CODESP, comunicando que na próxima reunião daquele Colegiado, prevista para ocorrer no dia 29/11/2018, deverá ocorrer sua posse. **III.08** – Sumário Executivo da Reunião 66ª CLAPs, de 22/10/2018, contendo os pontos de destaque para conhecimento do CAP. O Colegiado registra que tomou conhecimento. Prosseguindo com a reunião o Presidente Suplente passou ao item **IV – OUTROS ASSUNTOS**, e, diante da ausência de manifestações, proferiu a leitura do item **V – ENCERRAMENTO**, onde agradeceu a todos pela presença, fixando a data da próxima reunião ordinária para o dia 14 (quatorze) de dezembro de 2018, às 09h00min, na Sala de reuniões na Sede do CAP, determinando a lavratura da presente Ata.

Felipe Gama
PRESIDENTE SUPLENTE

Hilário Seguin Dias Gurjão
CONSELHEIRO

Marcelo Adahir Vieira Ferrera
CONSELHEIRO

Érica Cristina Santos Carvalho
CONSELHEIRA

Reinaldo Augusto Angelini
CONSELHEIRO

Rejane Matias Rodrigues
CONSELHEIRO

Omar Silva Júnior
CONSELHEIRO

José Edgard Laborde Gomes
CONSELHEIRO

Martin Aron
CONSELHEIRO

Eliezer da Costa Giroux
CONSELHEIRO

Marcos Antônio Leite de Medeiros
CONSELHEIRO

João de Andrade Marques
CONSELHEIRO



Wagner Moreira Gonçalves
CONSELHEIRO

Robson Gama dos Santos
CONSELHEIRO

Thiago Rodrigues Alves
SECRETÁRIO-EXECUTIVO SUBSTITUTO